STJ00097338

Waldo Fazzio Júnior

Manual de Direito Comercial

15ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

STJ00097338

© 2000 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2000; 2. ed. 2002; 3. ed. 2003; 4. ed. 2004; 5. ed. 2005;
6. ed. 2005; 7. ed. 2006; 8. ed. 2007; 9. ed. 2008; 10. ed. 2009;
11. ed. 2010; 12. ed. 2011; 13. ed. 2012; 14. ed. 2013; 15. ed. 2014

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fazzio Júnior, Waldo
Manual de direito comercial / Waldo Fazzio Júnior. – 15. ed. –
São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-8502-4
ISBN 978-85-224-8503-1 (PDF)

1. Direito comercial. I. Título.

00-0463
CDU-347.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito comercial 347.7

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sys: 987995

STJ00097338

Sumário

Prefácio à 15ª Edição, xxv

Parte I – Direito Comercial, 1

1 Direito Comercial, 3
1.1 Síntese histórica, 3
1.2 Objeto do direito comercial, 4
1.3 Conceito, 8
1.4 Fontes do Direito Comercial, 11
1.4.1 Fonte primária, 11
1.4.2 Fontes secundárias, 12
1.4.2.1 Usos, 13
1.4.2.2 Analogia, 16
1.4.2.3 Princípios gerais de direito, 16

Parte II – Empresário, 17

2 Empresário unipessoal, 19
2.1 Empresário, 19
2.2 Caracterização do empresário unipessoal, 20
2.3 Capacidade jurídica, 20
2.3.1 Emancipado, 21
2.3.2 Incapaz, 21
2.3.3 Empresário casado, 22
2.4 Ausência de impedimento legal, 23

STJ00097338

2.5 Exercício profissional da empresa, 27
2.6 Regime peculiar regulador da insolvência, 28
2.7 Registro obrigatório, 29
2.8 Microempresas, 31
2.9 Microempreendedor individual, 37
2.10 Empresário individual de responsabilidade limitada, 37
2.11 Sociedade de propósito específico, 38
2.12 Perda da qualidade empresarial, 39

3 Registro, 41
3.1 Noção, 41
3.2 Registro de empresas, 42
3.2.1 Composição da Junta Comercial, 43
3.2.2 Atribuições da Junta Comercial, 43
3.2.3 Proibido arquivar, 44
3.2.4 Modificação de atos constitutivos, 45
3.2.5 Controle da escrituração, 45
3.2.6 Publicidade dos atos, 46
3.2.7 Matrícula, 47
3.2.8 Outros deveres, 47

4 Escrituração, 49
4.1 Obrigação de manter escrituração, 49
4.2 Sistemas, 50
4.3 Instrumentos obrigatórios, 50
4.4 Exibição administrativa, 53
4.5 Exibição judicial da escrituração, 53
4.6 Balanços, 55
4.7 Outros documentos essenciais, 56

5 Nome Empresarial, 57
5.1 Noção, 57
5.2 Firma, 58
5.3 Nome da sociedade empresária, 59
5.4 Proteção do nome empresarial, 60
5.5 Exclusividade, 62
5.6 Concorrência, 63
5.7 Alienabilidade do nome, 64
5.8 Perda do nome, 64
5.9 Nome e marca, 65

6 Estabelecimento Empresarial, 67
6.1 Conceito, 67
6.2 Composição, 69
6.3 Sinais distintivos, 70

STJ00097338

6.4 Título do estabelecimento e insígnia, 70
6.5 Ponto de negócio, 71
6.6 Renovatória de locação, 72
6.6.1 Requisitos para renovação, 73
6.6.2 Alternativas do locador, 75
6.6.3 Hipóteses de decisão, 78
6.6.4 Shopping center, 79
6.7 Aviamento, 79
6.8 Clientela, 80
6.9 Trespasse, 81
6.10 Estabelecimento e falência, 83

7 Direitos de Propriedade Industrial, 85
7.1 Introdução, 85
7.2 Titularidade da patente, 87
7.3 Patenteabilidade, 88
7.4 Novidade, 89
7.5 Inventividade, 90
7.6 Industriabilidade, 90
7.7 Prioridade, 91
7.8 Depósito do pedido de patente, 91
7.9 Publicação, 93
7.10 Exame do pedido, 93
7.11 Concessão da patente, 94
7.12 Violação do direito da patente, 95
7.13 Nulidade, 96
7.14 Licença, 96
7.15 Extinção da patente, 97
7.15.1 Caducidade, 97
7.16 Desenho industrial, 98
7.17 Marcas, 99
7.17.1 Espécies, 100
7.17.2 Categorias, 100
7.17.3 Marcas não registráveis, 101
7.17.4 Proteção e restrições, 102
7.17.5 Registro da marca, 102
7.18 Concorrência indevida, 104
7.18.1 Modalidades, 104
7.18.2 Concorrência desleal, 105
7.18.3 *Software*, 107

Parte III – Sociedade Empresária, 109

8 Regime Jurídico da Sociedade Empresária, 111
8.1 Disciplina legal da sociedade empresária, 111

STJ00097338

8.2 Princípios da sociedade empresária, 112
8.2.1 Princípios explícitos: contrato social plurilateral, 112
8.2.2 Princípios explícitos: personificação jurídica, 114
8.2.2.1 Desconsideração da personalidade jurídica, 117
8.2.2.2 Sociedade não personificada, 120
8.2.2.3 Fim da personalidade jurídica, 121
8.2.3 Princípios implícitos, 121
8.3 Concepção e constituição da sociedade, 123
8.4 Contrato social, 125
8.4.1 Elementos do contrato social, 125
8.4.1.1 Pluralidade de sócios, 127
8.4.1.2 Constituição do capital social, 128
8.4.1.3 *Affectio societatis*, 129
8.4.1.4 Participação nos lucros e nas perdas, 130
8.4.2 Requisitos de registro do contrato social, 131
8.5 Sociedade empresária e atos de registro, 133
8.6 Direitos e obrigações dos sócios, 134
8.7 Administração societária, 136
8.8 Classificações das sociedades empresárias, 137
8.8.1 Quanto à natureza do ato conceptivo, 138
8.8.2 Quanto à responsabilidade social, 139
8.8.3 Quanto à composição econômica, 140
8.8.4 Quanto ao volume da receita bruta, 140
8.9 Sociedades de objeto misto, 141
8.10 Sociedades dependentes de autorização, 141
8.11 Sociedades empresárias no CC, 142
8.12 Resolução (dissolução parcial), 143
8.13 Dissolução, 145
8.14 Dissolução judicial, 147
8.15 Prorrogação, 147
8.16 Liquidação, 148
8.17 Pagamento do passivo, 150
8.18 Partilha do ativo residual, 150

9 Sociedade Limitada, 153
9.1 Noção, 153
9.2 Capital social, 155
9.3 Responsabilidade limitada, 156
9.4 Exceções, 157
9.5 Regime das cotas, 159
9.6 Número de cotas, 160
9.7 Sócio de indústria, 161
9.8 Exclusão do sócio remisso, 161
9.9 Outras hipóteses de exclusão, 162

STJ00097338

9.10 Aquisição das cotas pela sociedade, 163
9.11 Cessão de cotas, 164
9.12 Penhorabilidade das cotas, 165
9.13 Cotista menor, 165
9.14 Sucessão nas cotas, 166
9.15 Alteração contratual e recesso, 167
9.16 Administração social, 168
9.17 Deliberações sociais, 171
9.18 Conselho Fiscal, 173

Parte IV – Companhia, 177

10 Caracterização da Companhia, 179
10.1 Noção, 179
10.2 Nome, 179
10.3 Princípios estruturantes, 180
10.3.1 Responsabilidade limitada, 180
10.3.2 Divisão do capital em ações, 181
10.4 Características societárias comuns, 182
10.4.1 Personalidade jurídica, 182
10.4.2 Empresa como objeto social, 183
10.4.3 Objetivo de lucro, 186
10.5 Características próprias da companhia, 187
10.5.1 Natureza empresarial, 187
10.5.2 Identificação exclusiva por uma denominação, 188
10.5.3 Valor subscrito como limite de responsabilidade, 189
10.6 Espécies de companhia, 189
10.6.1 Companhia aberta, 189
10.6.2 Companhia fechada, 190
10.7 Bolsa de valores e mercado de balcão, 191
10.8 CVM, 193

11 Constituição da Companhia, 197
11.1 Requisitos preliminares, 197
11.2 Procedimentos constitutivos, 198
11.2.1 Subscrição pública (continuada ou sucessiva), 198
11.2.1.1 Registro na CVM, 200
11.2.1.2 Prospecto, 202
11.2.1.3 Subscrição, 203
11.2.2 Subscrição particular (simultânea), 205
11.3 Formalidades complementares, 205
11.4 Transferência de bens, 208

12 Capital Social, 209
12.1 Noção, 209

STJ00097338

12.2 Formação, 210
12.3 Modificação, 213
12.3.1 Redução de capital, 213
12.3.2 Aumento de capital, 214
12.3.3 Capital autorizado, 215
12.3.4 Aumento por capitalização de lucros ou reservas, 216
12.3.5 Aumento por emissão de novas ações, 217
12.4 Direito de preferência, 218

13 Órgãos Sociais, 221
13.1 Órgãos sociais de administração e controle, 221
13.2 Assembleia geral, 221
13.3 Reforma estatutária, 222
13.4 Competência, 223
13.5 Assembleia Geral Ordinária (AGO), 224
13.5.1 Obrigatoriedade, 224
13.5.2 Periodicidade, 226
13.5.3 Objeto definido em lei, 227
13.6 Assembleia Geral Extraordinária (AGE), 227
13.7 Conselho de administração, 229
13.8 Diretoria, 231
13.9 Conselho Fiscal, 233
13.10 Administradores, 236
13.10.1 Deveres, 236
13.10.2 Proibições, 237
13.10.3 Responsabilidade, 237
13.11 Acionista controlador, 240
13.12 Acordo de acionistas, 242

14 Acionista, 245
14.1 Direitos e deveres do acionista, 245
14.1.1 Direito de recesso, 246
14.1.2 Deveres, 248
14.2 Direito de voto, 248
14.3 Suspensão de direitos, 249

15 Modalidades Especiais de Companhia, 251
15.1 Noção, 251
15.1.1 Sociedade de economia mista, 251
15.1.2 Grupos intersocietários, 253
15.1.2.1 Alienação do controle, 254
15.1.3 Grupos societários, 256
15.1.4 Consórcio, 256
15.1.5 Subsidiária integral, 257
15.1.6 Comandita por ações, 258

STJ00097338

15.1.7 Transformação, 258
15.1.8 Concentração de empresas, 259
15.1.8.1 Incorporação, 260
15.1.8.2 Fusão, 261
15.1.8.3 Cisão, 262

Parte V – Valores Mobiliários, 265

16 Ações, 267
16.1 Valores mobiliários, 267
16.2 Ação, 267
16.3 Natureza jurídica, 269
16.4 Valores, 270
16.5 Prazo, 272
16.6 Espécies e classes, 273
16.6.1 Ordinárias, 273
16.6.2 Preferenciais, 274
16.6.3 Rentabilidade, 277
16.6.4 Dividendos, 277
16.6.4.1 Dividendo obrigatório, 278
16.6.5 Pagamento, 280
16.7 Ações de gozo ou fruição, 280
16.8 Propriedade da ação, 281
16.9 Forma, 281
16.9.1 Ações nominativas, 282
16.9.2 Ações escriturais, 283
16.10 Certificados de ações, 284
16.11 Custódia, 285
16.12 Certificado de depósito, 286
16.13 Liquidação antecipada, 287
16.13.1 Amortização, 288
16.13.2 Resgate, 289
16.13.3 Reembolso, 289
16.14 Negociação em mercado, 291

17 Partes Beneficiárias, 293
17.1 Noção, 293
17.2 Requisitos indispensáveis, 294
17.3 Forma, vantagem e negociação, 294

18 Debêntures, 297
18.1 Noção, 297
18.2 Requisitos indispensáveis, 298
18.3 Direitos, 299
18.4 Conversibilidade, 299

STJ00097338

18.5 Forma, 300
18.6 Prazos, 301
18.7 Instituições financeiras, 302
18.8 Emissão, 302
18.9 Certificados, 304
18.10 Rentabilidade, 305
18.11 Negociação, 306
18.12 Liquidação antecipada, 307
18.13 Cédula de debêntures, 308
18.14 Agente fiduciário, 309
18.15 Assembleia dos debenturistas, 310

19 Bônus de Subscrição, 313
19.1 Noção, 313
19.2 Requisitos, 313
19.3 Rentabilidade, 314
19.4 Negociação, 314

20 Nota Promissória – *Commercial Paper*, 315
20.1 Noção e requisitos, 315
20.2 Negociação, 316

Parte VI – Títulos de Crédito, 319

21 Teoria Geral dos Títulos de Crédito, 321
21.1 Noção, 321
21.2 Atributos essenciais, 323
21.3 Atributos eventuais, 324
21.4 Inoponibilidade de exceções pessoais, 325
21.5 Classificação, 327
21.6 Requisitos formais indispensáveis, 328
21.7 Endosso, 329
21.7.1 Endosso-mandato, 331
21.7.2 Endosso póstumo, 332
21.7.3 Endosso-caução, 332
21.7.4 Endosso e cessão, 333
21.8 Aval, 333
21.9 Aval e fiança, 336
21.10 Título incompleto, 337
21.11 Apresentação e pagamento, 339
21.12 Execução, 340
21.12.1 Título oriundo do estrangeiro, 342
21.13 Prescrição, 342
21.14 Regime legal, 345

STJ00097338

22 Cambiais, 347
22.1 Noção, 347
22.2 Requisitos de validade da letra de câmbio, 348
22.2.1 Denominação letra de câmbio, 348
22.2.2 Mandato de pagar quantia determinada, 349
22.2.3 Nome da pessoa que deve pagar, 349
22.2.4 Nome da pessoa a quem deve ser paga, 350
22.2.5 Assinatura de próprio punho do sacador, 351
22.3 Requisitos de validade da nota promissória, 352
22.4 Requisitos não essenciais das cambiais, 353
22.5 Aceite, 353
22.6 Vencimento, 354
22.7 Pagamento, 356
22.8 Ressaque, 357
22.9 Prescrição das cambiais, 358
22.10 Ação de anulação, 359
22.11 Promissória vinculada, 360
22.12 Letra de câmbio financeira, 361
22.13 Letra do Banco Central, 363
22.14 Letra do Banco Central – Venda a termo, 363
22.15 Letra do Tesouro Nacional, 363
22.16 Letra financeira do Tesouro, 364
22.17 Letra hipotecária, 364
22.18 Letras financeiras dos Estados e Municípios, 364

23 Cheque, 367
23.1 Ordem de pagamento, 367
23.1.1 Banco ou instituição equiparada, 367
23.1.2 Saldo disponível em poder do sacado, 368
23.1.3 Conta-corrente bancária, 369
23.2 Natureza jurídica, 370
23.3 Abstração, 372
23.4 Requisitos de validade, 373
23.5 Intervenientes, 377
23.6 Apresentação, 378
23.7 Espécies quanto à circulação, 379
23.8 Endosso, 380
23.9 Aval, 383
23.10 Cheque pós-datado, 384
23.11 Cheque cruzado, 384
23.12 Cheque para creditar, 385
23.13 Cheque visado, 386
23.14 Cheque de turismo, 387
23.15 Cheque postal, 387

STJ00097338

23.16 Cheque administrativo, 388
23.17 Cheque plural, 388
23.18 Cheque garantido, 388
23.19 Contraordem e sustação, 389
23.20 Pagamento de cheque falso, 392
23.21 Recusa de pagamento, 393
23.22 Protesto, 393
23.23 Ação por falta de pagamento, 395
23.24 Prescrição da eficácia executiva, 396
23.25 Banco e correntista, 398
23.26 Serviço de compensação, 398
23.27 Cheque sem fundos, 399
23.28 Cadastro de emitentes de cheque sem fundos, 401
23.29 Substituição do cheque por outros instrumentos, 402

24 Duplicata, 405
24.1 Duplicata e nota-fiscal fatura, 405
24.2 Requisitos, 409
24.3 Remessa e devolução, 410
24.4 Aceite, 410
24.5 Pagamento, 412
24.6 Protesto, 414
24.7 Triplicata, 416
24.8 Execução, 416
24.9 Prescrição, 418
24.10 Exceções e causalidade, 419
24.11 Duplicata simulada, 420

25 Títulos de Crédito Impróprios, 423
25.1 Noção, 423
25.2 Títulos representativos, 423
25.3 Títulos de financiamento, 427
25.4 Títulos de legitimação, 431

26 Protesto, 433
26.1 Noção, 433
26.2 Protocolização, 435
26.3 Intimação, 435
26.4 Sustação, 437
26.5 Pagamento, 438
26.6 Espécies, 439
26.7 Conteúdo do registro, 440
26.8 Cancelamento, 440
26.9 Protesto especial falimentar, 442
26.10 Microempresa e empresa de pequeno porte, 442
26.11 Títulos sujeitos a protesto, 443

STJ00097338

Parte VII – Contratos Mercantis, 445

27 Contratos Mercantis, 447
27.1 Introdução, 447
27.2 Princípios do CC, 448
27.3 Normas regentes, 449
27.4 Formação, 449
27.5 *Pacta sunt servanda*, 450
27.6 *Exceptio non adimpleti contractus*, 452
27.7 *Rebus sic stantibus*, 452
27.8 Caso fortuito e força maior, 453
27.9 Extinção do contrato, 453

28 Compra e Venda Mercantil, 457
28.1 Noção, 457
28.2 Venda a vista de amostras, 458
28.3 Obrigações do vendedor, 459
28.3.1 Entrega da mercadoria vendida, 459
28.3.2 Responsabilidade por vício e por evicção, 459
28.4 Obrigações do comprador, 460
28.5 Coisa, 460
28.6 Preço, 461
28.7 *Incoterms*, 462

29 Mandato Mercantil, 465
29.1 Noção, 465
29.2 Terceiro, 466
29.3 Obrigações, 466
29.4 Extinção, 467

30 Comissão Mercantil, 469
30.1 Noção, 469
30.2 Obrigações, 469

31 Cartão de Crédito, 473
31.1 Noção, 473
31.2 Elementos, 475
31.3 Vantagens, 475
31.4 Contratos, 475
31.5 Natureza jurídica, 477
31.6 Modalidades, 478
31.7 Uso indevido, 479
31.8 Juros remuneratórios, 480
31.9 Preço e pagamento com cartão, 481
31.10 Algumas regras operacionais, 482

STJ00097338

32 Faturização (*Factoring*), 485
32.1 Noção, 485
32.2 Partes, 487
32.3 Características do contrato, 487
32.4 Modalidades, 490

33 Arrendamento Mercantil (*Leasing*), 491
33.1 Noção, 491
33.2 Requisitos do contrato, 493
33.3 Antecipação do VRG, 494
33.4 Prazos, 495
33.5 Partes, 495
33.6 Modalidades, 496
33.7 Inadimplemento, 498
33.8 *Leasing* e CDC, 500
33.9 *Leasing* e ICMS, 501

34 Alienação Fiduciária, 503
34.1 Noção, 503
34.2 Requisitos, 505
34.3 Mora e inadimplemento, 506
34.4 Busca e apreensão, 507
34.5 Coisa imóvel, 509

35 Franquia Empresarial (*Franchising*), 513
35.1 Noção, 513
35.2 Partes, 514
35.3 Obrigações do franqueador, 515
35.4 Obrigações do franqueado, 517
35.5 Contrato de franquia, 518

36 Representação Comercial Autônoma, 519
36.1 Noção, 519
36.2 Representante comercial, 520
36.3 Requisitos do contrato, 521
36.4 Justa causa para rescisão, 522
36.5 Obrigações do representante, 523
36.6 Obrigações do representado, 524

37 Agência/Distribuição e Concessão, 525
37.1 Cooperação interempresarial, 525
37.2 Agência/distribuição, 525
37.3 Outras modalidades de distribuição, 527
37.4 Concessão comercial de veículos automotores, 527

38 Contrato de Seguro, 531
38.1 Direito positivo, 531

STJ00097338

38.2 Caráter mercantil do seguro, 531
38.3 Notícia histórica, 531
38.4 Natureza jurídica e proteção legal, 532
38.5 Intervenientes, 533
38.6 Comprovação, 533
38.7 Conteúdo do instrumento constitutivo, 534
38.8 Modalidades, 535
38.9 Regras gerais básicas previstas no CC, 535
38.10 Perda do direito à indenização, 536
38.11 Seguro-saúde e doença preexistente, 536
38.12 Prazos prescricionais, 537
38.13 Previsão penal, 538
38.14 Diretrizes processuais, 538
38.15 Resseguro, 538
38.16 Regras sumuladas pelos tribunais superiores, 541

39 Contratos de Suporte Empresarial, 543
39.1 Transporte e armazenamento, 543
39.2 Contrato de transporte de coisas, 544
39.2.1 Deveres do transportador, 546
39.2.2 Outras normas sobre transportes, 547
39.3 Contrato de depósito em armazéns gerais, 548

40 Contratos Bancários, 551
40.1 Banco, 551
40.2 Instituições financeiras, 553
40.3 Sigilo bancário, 556
40.4 Operações bancárias, 559
40.4.1 Contratos de operações passivas, 559
40.4.1.1 Certificado de depósito bancário, 561
40.4.1.2 Recibo de depósito bancário, 562
40.4.2 Contratos de operações ativas, 563
40.4.2.1 Mútuo bancário, 564
40.4.2.2 Desconto de títulos de terceiros, 565
40.4.2.3 Abertura de crédito, 565
40.5 Revisão dos contratos bancários, 568
40.6 Remuneração de serviços de instituições financeiras, 570

Parte VIII – Direitos do Consumidor, 573

41 Direitos do Consumidor, 575
41.1 Consumidor e relação de consumo, 575
41.2 Direitos do consumidor, 577
41.3 Responsabilidade do fornecedor, 578
41.4 Responsabilidade pelo fato do produto, 579
41.4.1 Excludentes, 580

STJ00097338

41.5 Responsabilidade pelo fato do serviço, 580
41.6 Responsabilidade por vício do produto e do serviço, 581
41.7 Decadência e prescrição, 582
41.8 Desconsideração da personalidade jurídica, 583
41.9 Práticas infrativas, 584
41.10 Publicidade e propaganda, 585
41.10.1 Publicidade enganosa e publicidade abusiva, 586
41.11 Proteção contratual, 587
41.12 Cláusulas abusivas, 588
41.13 Inversão do ônus probatório, 589
41.14 Declaração de ofício, 589
41.15 Negativação do consumidor inadimplente, 590

Parte IX – Falências e Recuperações, 591

42 Insolvência Empresarial, 593
42.1 Introdução, 593
42.2 Síntese histórica, 593
42.3 Princípios do regime concursal empresarial, 596
42.3.1 Princípio da viabilidade da empresa, 596
42.3.2 Princípio da prevalência do interesse dos credores, 597
42.3.3 Princípio da publicidade dos procedimentos, 597
42.3.4 Princípio da *par conditio creditorum*, 597
42.3.5 Princípio da conservação e maximização dos ativos, 598
42.3.6 Princípio da conservação da empresa viável, 598
42.4 Transição legal, 598

43 Devedor Empresário, 601
43.1 Pessoa física e pessoa jurídica, 601
43.2 Empresas excluídas, 604
43.3 Empresas sujeitas a regime especial, 604
43.4 Empresário não personificado, 606
43.5 Sócios, 607
43.6 Impedidos de exercer a empresa, 609
43.7 Microempresa e empresa de pequeno porte, 609

44 Competência, 611
44.1 Juízo do principal estabelecimento, 611
44.2 Princípios do juízo concursal, 612
44.2.1 Devedor autor, 613
44.2.2 Reclamações trabalhistas, 614
44.2.3 União, 614
44.2.4 Créditos tributários, 614
44.2.5 Ações anteriores ao processo de insolvência, 615

STJ00097338

45 Créditos, 617
45.1 Ordem de preferência dos credores, 617
45.2 Verificação, 618
45.2.1 Créditos relacionados e habilitação de créditos, 618
45.3 Impugnação, 621
45.4 Classificação dos créditos na falência, 624

46 Recuperações, 629
46.1 Introdução, 629
46.2 Meios de recuperação, 630
46.3 Recuperação extrajudicial, 634
46.3.1 Características da recuperação extrajudicial, 634
46.3.2 Procedimento recuperatório, 635
46.4 Recuperação judicial, 639
46.4.1 Legitimação ativa, 641
46.4.2 Despacho de processamento, 643
46.5 Plano de recuperação judicial, 644
46.6 Impugnação, 645
46.7 Laudo econômico-financeiro, 645
46.8 Assembleia geral de credores, 646
46.9 Decisão sobre o plano, 648
46.10 Administração dos bens, 650
46.11 Substituição administrativa, 651
46.11.1 Condenação criminal, 652
46.11.2 Dolo, simulação ou fraude, 652
46.11.3 Esvaziamento do patrimônio, 653
46.11.4 Recusa de informações, 653
46.12 Administrador judicial, 654
46.13 Comitê de credores, 654
46.14 Convolação em falência, 656
46.15 Cumprimento da recuperação, 657

47 Estado de Falência, 659
47.1 Noção de falência, 659
47.2 Pressupostos do estado de falência, 660
47.3 Critérios aferidores da insolvência, 660
47.3.1 A impontualidade como causa de pedir na falência, 661
47.3.2 A execução frustrada como causa de pedir na falência, 664
47.3.3 Sintomas legais como causa de pedir na falência, 666
47.4 Decretação judicial, 670
47.5 Falência *ex officio*, 670
47.6 Pluralidade de credores, 671
47.7 Meio judicial de cobrança, 671

48 Ação Constitutiva de Falência, 673
48.1 Introdução, 673

STJ00097338

48.2 Legitimação ativa, 673
48.2.1 Falência requerida pelo próprio devedor, 674
48.2.2 Falência requerida por credor, 676
48.2.2.1 Credor privilegiado, 677
48.2.2.2 Fazenda Pública, 677
48.2.2.3 Sócio e liquidante, 678
48.2.3 Espólio, 678
48.3 Procedimento, 679
48.4 Pedido com base nos atos enumerados em lei, 683
48.5 Parecer do Ministério Público, 684
48.6 Desistência do pedido, 684
48.7 Resposta do réu na ação falimentar, 684

49 Sentença e Recursos, 691
49.1 Sentença decretatória, 691
49.1.1 Termo legal, 693
49.1.2 Nomeação do administrador judicial, 694
49.1.3 Convocação de assembleia e constituição de Comitê, 694
49.1.4 Publicidade da decretação, 696
49.2 Denegação do pedido de falência, 696
49.3 Recursos, 698
49.4 Revogação da falência, 699

50 Efeitos da Decretação de Falência, 701
50.1 Efeitos da sentença, 701
50.1.1 Formação da massa falida subjetiva, 701
50.1.2 Suspensão das ações individuais, 704
50.1.3 Suspensão condicional da fluência de juros, 705
50.1.4 Exigibilidade antecipada dos créditos, 706
50.1.5 Suspensão da prescrição, 708
50.1.6 Arrecadação dos bens do devedor, 708
50.2 Efeitos quanto ao devedor, 709
50.2.1 Direitos do devedor, 712
50.3 Efeitos quanto aos contratos do devedor, 712
50.4 Administradores e controladores, 716

51 Ações Revocatórias, 719
51.1 Atos prejudiciais à massa, 719
51.2 Atos suscetíveis de revogação na falência, 720
51.3 Ação revocatória e presunção de fraude, 721
51.3.1 Dano, 721
51.3.2 Atos suscetíveis de revogação, 722
51.3.2.1 Atos praticados durante o termo legal, 723
51.3.2.2 Atos praticados no biênio pré-falimentar, 725
51.3.2.3 Inscrições, 725
51.3.2.4 Venda ou transferência do estabelecimento, 726

STJ00097338

51.4 Ação pauliana falencial, 727
51.5 Efeito restitutório, 728
51.6 Processo revocatório, 728

52 Administração da Falência, 731
52.1 Órgãos da falência, 731
52.2 Administrador judicial, 731
52.3 Funções do administrador judicial, 732
52.4 Substituição do administrador judicial, 734
52.5 Remuneração do administrador judicial, 735
52.6 Responsabilidade do administrador, 736
52.7 Ministério Público, 737
52.8 Comitê de Credores, 737
52.9 Assembleia geral de credores, 738

53 Liquidação e Encerramento, 741
53.1 Fase executiva, 741
53.2 Arrecadação, 741
53.3 Destinação antecipada de bens, 744
53.4 Falência frustrada, 745
53.5 Restituição, 746
53.6 Realização do ativo, 750
53.7 Solução do passivo, 753
53.8 Encerramento, 754
53.9 Extinção das obrigações, 755

54 Direito Penal Falimentar, 757
54.1 Introdução, 757
54.2 Crimes falimentares, 758
54.3 Inquérito penal falimentar, 761
54.4 Ação penal falimentar, 762
54.5 Sentença, 764

Parte X – Direito Concorrencial, 767

55 Direito Concorrencial, 769
55.1 Bases do direito concorrencial brasileiro, 769
55.2 Lei de Defesa da Concorrência, 770
55.3 Composição do SBDC, 771
55.4 Infrações contra a ordem econômica, 772
55.5 Sanções, 775
55.6 Direito de ação, 777
55.7 Prescrição, 777
55.8 Acordo de leniência, 778
55.9 Crimes contra a ordem econômica, 779

STJ00097338

55.10 Concentrações empresariais, 780
55.11 Atos de concentração, 781

Súmulas em Matéria Comercial, 783

Bibliografia, 797